



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

**PRESIDENTE: MARIO COVAS NETO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 21 DE AGOSTO DE 2017

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – Boa tarde a todas e todos. Como membro da Comissão de Constituição e Justiça, declaro abertos os nossos trabalhos e automaticamente os suspendo por cinco minutos para a composição da Mesa.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Mario Covas Neto.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Reabertos os trabalhos da 16ª audiência pública, Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, realizada no ano de 2017, tendo por objetivo expor e debater o seguinte projeto de lei:

- PL 367/2017, do Executivo, que disciplina as concessões e permissões de serviços, obras e bens públicos que serão realizados no âmbito do plano municipal de desestatização, PMD, introduz alterações na lei 16.211, de 27 de maio de 2015.

O tema de hoje é mobiliário urbano e municipal. Esta é a 6ª audiência sobre esse projeto de lei.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), link auditórios online.

Foram convidados, além do Secretário Wilson Poit, que já está do nosso lado; o Diretor de São Paulo Parcerias, Sérgio Lopes Cabral, também presente; vejo aqui o Presidente da SP Obras; o Secretário Penido, peço que façam parte da Mesa.

Foram convidados também o Sr. Caio Megale; Dra. Heloísa Proença e da SP Urbanismo, o Sr. Luiz Eduardo Brettas.

Temos uma dinâmica nas audiências públicas e vamos continuar fazendo dessa forma. Inicialmente faz-se uma exposição dos convidados, aqueles que queiram falar e posteriormente abrimos a fala para os presentes que queiram se manifestar, perguntar, questionar alguma coisa.

Então essas pessoas que queiram se inscrever, peço que façam isso aqui do meu lado esquerdo, na Secretaria da Comissão. Estão abertas as inscrições.

Imediatamente já passo a palavra para o Secretário Wilson Poit.

**O SR. WILSON POIT** – Boa tarde, Vereador Mario Covas Neto; Vereadores Police, Goulart; Secretário Penido; meu amigo Vitor Aly e demais presentes, é um prazer estar aqui novamente para mais uma audiência pública do PL 367, hoje tratando de concessão do mobiliário urbano.

Têm sido muito importantes estas audiências públicas. Estamos anotando todas as sugestões. Estamos preparando um substitutivo que deverá vir para a Casa em breve, abordando todos os itens do PL 367, que é um PL de concessão. Não privatiza nada. Concessiona por um determinado tempo o mobiliário e outros equipamentos urbanos para a gestão privada. Eu agradeço a participação, a contribuição que vocês têm dado em todas as audiências e passo a palavra para o Secretário Penido, se quiser fazer alguma apresentação e o Dr. Sérgio Lopes tem a apresentação de alguns slides para resumir o assunto de hoje.

Obrigado.

**O SR. MARCOS PENIDO** – Boa tarde a todas e a todos. Agradecer ao Vereador Mario Covas pela oportunidade de estarmos aqui na Comissão de Constituição e Justiça, saudar o Vereador Goulart, o Vereador Police Neto, meu colega Poit, Vitoralli e Dado e dizer que é muito importante podermos estar aqui compartilhando com a população, com a cidade de São Paulo esse projeto tão importante do mobiliário urbano que cuida da vida da cidade, que cuida da ocupação dos nossos espaços, que cuida da prestação de serviços. É fundamental que a gente possa estar aqui e aplicar cada vez melhor os nossos trabalhos, aplicar cada vez melhor os nossos recursos e só existe uma maneira de fazer, através do diálogo, ouvindo as sugestões, as comunidades para que a gente possa investir com certeza, investir realmente nas maiores carências, nas maiores necessidades.

Então louvar aqui mais uma vez a atitude do Presidente da CCJ e agradecer ao

Poit e toda sua equipe pelo trabalho maravilhoso e pelo apoio que tem nos dado, da mesma forma toda equipe da Eloisa Proença, o Dado, Regina Monteiro, que tem nos ajudado muito , tanto a nossa Secretaria, como a SPObras, que é a responsável pela aplicação, que é um trabalho de equipe. Isso que é muito importante, que não existe o eu, sempre existe o nós nesse trabalho e nessa condução.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Obrigado. Eu anuncio a presença dos Vereadores Rodrigo Goulart, Police Neto e Antonio Donato.

**O SR. SÉRGIO LOPES** – Vou fazer uma apresentação breve aqui sobre o tema. A ideia é da um pano de fundo para termos as discussões sobre o assunto e falar de um tema tão importante que é o mobiliário urbano.

- O orador passa a referir-se a imagens exibidas na tela de projeção.

**O SR. SÉRGIO LOPES** – Então, só para contextualizar aqui o que é mobiliário urbano. O Secretário Penido colocou muito bem, mas, enfim, é um conjunto de elementos que são instalados em espaço público para melhorar a experiência do usuário na cidade. Quando a gente consegue atingir um padrão de qualidade nesses equipamentos eles criam identidade visual da cidade. Algumas cidades, inclusive São Paulo, são reconhecidas pelo mobiliário urbano que estão ali nela.

A gente vai falar um pouco na frente que o mobiliário urbano não é uma novidade, já existem concessões hoje instituídas hoje na cidade de São Paulo.

Alguns exemplos de funções urbanísticas do mobiliário urbano, então circulação e transporte, ornamentação da paisagem e ambientação urbana, necessidades básicas, falamos de bebedouros e sanitários, dentre outros, mas reforçando esses dois pontos, e descanso e lazer. E também tem, como outro ponto, atividade comercial e comunicação. Então isso é o que é mobiliário urbano e para que serve em sua essência.

Por favor. Vou falar um pouco dos problemas. O que a gente tem hoje de problema

e o que a gente pode avançar nesse PL que está nessa Casa, em sendo aprovado o que ele pode ajudar para que esse processo avance. Então, existe falta de bancos, banheiros, paraciclos, quiosques multiuso, lixeiras e bebedouros etc., que são classificados como mobiliário urbano e que hoje estão carentes, a cidade não está provendo esse tipo de equipamento. Empresas demonstram interesses em investir em melhorias no espaço público, a gente já observa o interesse de empresas, seja nas concessões já instituídas, sejam em parcerias pontuais em alguns lugares da cidade, que é o caso abaixo. E a gente vê aí que a gente tem mais de cinco mil praças e áreas verdes municipais, falta de mobiliário, não há sanitários em vias. Então são alguns pontos que a gente tenta suprir dando nesse modelo de concessão uma segurança jurídica para que os investimentos possam acontecer.

Por favor. Como já mencionei, concessão não é um tema recente, novo, já existem concessões na cidade de São Paulo e estamos falando basicamente dos abrigos de ônibus, nos relógios digitais. No caso de abrigo de ônibus é uma concessão de 25 anos, um contrato assinado em 2012. São 6.500 abrigos, 12.500 totens, investimento de 262 milhões e um valor de outorga de 172 milhões. Uma taxa de fiscalização de 600 mil pela SP Obras, que hoje executa a fiscalização.

Enfim, há duas faces de painel publicitário de 2 metros quadrados de cada área. No caso dos relógios digitais, concessão de 25 anos assinado em novembro de 2012. São mil relógios, um investimento de 201 milhões e uma outorga de 71 milhões e uma taxa de fiscalização de 15, 24 mil que também é realizada pela São Paulo Obras.

Já existe um concurso que foi realizado em novembro de 16 para os demais mobiliários urbanos, que é o que estamos mencionando, e esse concurso já teve um vencedor, ele foi organizado pela São Paulo Urbanismo e tem o material referência do que seria o mobiliário, os demais mobiliários que não estão incluídos na concessão anterior.

Soluções que a gente tenta buscar junto com a Câmara neste PL proposto é suprir a necessidade do cidadão, com mobiliários úteis, padronizados, de qualidade, como a gente

vem dizendo em todos os temas que contém este PL. O foco é melhorar a qualidade para o cidadão e viabilizar a confecção e instalação e manutenção de mobiliário urbano moderno, de alto desempenho, viabilizar a sustentabilidade financeira do projeto, ou seja, dar condições e segurança jurídica para que o investimento realmente possa ser gerado e criado em cima do mobiliário urbano. Possibilidade de geração de receitas adicionais por meio de outorga e outros serviços, como é o caso que já ocorreu, ou seja, tem outorgas pagas tanto no caso do relógio quanto do abrigo de ônibus. E padronizar o mobiliário urbano criando identidade para a cidade de São Paulo.

Fico à disposição para as perguntas no final. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Tem a palavra o nobre Vereador Police Neto.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – Cumprimento o Secretário e a equipe que acompanha, na realidade Secretários, temos mais de um secretário e mais de uma equipe. A apresentação mostra isso.

Eu queria bordar três preocupações que eu tenho. A primeira delas é que as últimas duas concessões do mobiliário tiveram um vínculo direto com uma autorização específica para exploração publicitária e ela é determinante do sucesso até agora dessas duas concessões.

O projeto apresentado não trata de um elemento fundamental, que é a questão desta sustentabilidade financeira. Então a primeira pergunta que eu tenho é: Qual o mobiliário se sustenta sem nenhuma publicidade? - Para a gente separar o que o governo em tese já está autorizado, porque senão a gente fica imaginando que o governo não está autorizado a oferecer estes mobiliários urbanos, em especial aqueles que passaram por um concurso se não tiverem publicidade. Está autorizado, ninguém está proibido de ter banheiro público, ninguém está proibido de não ter banco. A cidade não está proibida de ter bebedouro. Então tudo isso está autorizado mas por que a Administração não ofereceu até agora? Porque espera

uma fórmula de sustentabilidade econômica. Se a sustentabilidade econômica se dá a partir da permissão de exploração publicitária e a exploração publicitária não está no projeto, eu ainda não entendi o que esse projeto avança, sob o ponto de vista da segurança jurídica. Por isso que eu não trouxe nenhuma proposta, porque eu não entendi por que ele está ali. Se tivesse algo de novo, eu poderia oferecer uma alternativa. Na realidade, a única coisa que me parece é que o mobiliário está ali, porque se tivermos resultado da outorga, essa outorga vai ficar no fundo. Portanto, a única coisa que eu entendi é: Se, no futuro, a Administração achar, por bem, liberar publicidade, em banheiro, o banheiro não vai liberar, porque acabou de se vetar um projeto, que é autorizado. Então, banheiro deve ficar, de pé, sempre precisar de exploração publicitária. Pelo menos, essa é a mensagem que vem no veto do Sr. Prefeito. Então, o Sr. Prefeito vetou a possibilidade de uma exploração publicitária combinada com o pagamento, via bilhete único. Estão criando, inclusive, uma solução. Então, se se vetou a exploração publicitária, a partir de projeto apresentado e aprovado pela Câmara, é porque não é preciso de recursos para os banheiros. Então, os banheiros estão numa outra lógica. Eu lembro que, no aniversário de São Paulo, o Sr. Prefeito inaugurou um primeiro banheiro, que está em teste aqui próximo, atrás da Biblioteca Mário de Andrade, ali na Praça D. José Gostar. Portanto, já há algo modelado, mas S.Exa. acabou por dispensar a exploração publicitária. Então, restam para mim algumas perguntas. Uma, quais são os itens que independem dessa sustentação financeira, já que o projeto não traz a sustentação financeira a partir de publicidade. É a partir do que a gente vai conseguir. Estão dizendo que a gente vai passar para um agente privado, ou então que tipo de concessão é essa? A gente vai contratar empresas para oferecerem um mobiliário e a gente vai pagar para elas manterem esse mobiliário? Então, eu estou tentando entender: É patrocinada, é administrativo? Que tipo de concessão é essa? Quais os tipos de mobiliários que estão dentro dessa lógica? Isso é para haja a segurança jurídica. Quais são os estudos depois do ganhador? Há um ganhador do tipo do mobiliário. Então, quais os estudos consequentes a esse, que vão nos apontando como a gente põe esse mobiliário na rua, via

concessão, sem publicidade, mas estruturado econômico e financeiramente? Terceiro, por que desistir de usar a publicidade nos banheiros, que foi aprovada na Câmara? Então, quer dizer, são três perguntas que um pouco orientariam um debate de como a gente pode avançar. Eu falei, na outra audiência pública, que via, com muita preocupação, o projeto que havia chegado à Câmara. Como o projeto foi retirado, eu não tenho mais aquela preocupação. Com a fala de estruturação financeira sem aquele - porque a gente está estruturando financeiramente aquilo que está no projeto que está aqui - eu interpretando que há parte da sociedade que quer oferecer mobiliário com um modelo de concessão que não precisa de exploração publicitária. Então, eu estou querendo tentando entender qual é esse modelo, para a gente poder ajudar.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Tem a palavra o nobre Vereador Antonio Donato.

**O SR. ANTONIO DONATO** – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Sr. Presidente, nobre Vereador Mario Covas Neto, o Vereador José Police Neto, os Secretários e Gestores. O Vereador José Police Neto já colocou uma parte das minhas preocupações. Eu continuo considerando... Sobre o projeto, já falei, várias vezes. É muito difícil discutir esse projeto com a generalidade que ele tem. É absolutamente genérico. Não explica nada. A meu ver, inclusive é ilegal, porque não estabelece prazo, não diz exatamente quais mobiliários serão concedidos. Então, tenho essa primeira preliminar, mas indo aos problemas mais concretos, se se apresentou aqui a concessão do mobiliário urbano existente, dos relógios e dos abrigos. Existe um contrato, existe um equilíbrio econômico-financeiro a partir de um estudo de mercado, enfim, de uma decisão da Prefeitura e de uma licitação. Na medida em que vão oferecer novos mobiliários, o Vereador José Police Neto perguntou se, se vai se conceder, qual é o modelo da concessão e se vai haver arrecadação com essa concessão. Qual a segurança jurídica em relação à concessão existente, de não existir um conflito, o embate jurídico por um suposto desequilíbrio de contrato? Então, é essa primeira questão que eu queria fazer. Se é uma concessão onerosa, qual é a expectativa de arrecadação dessa

concessão? A terceira questão é de hoje. O Sr. Prefeito Doria, hoje, na Band News, informou que mandará à Câmara um projeto de lei, flexibilizando a lei Cidade Limpa, para que haja publicidade nas marginais. Eu queria entender qual é a política de paisagem urbana do Governo, porque, a cada hora, é uma surpresa. Ela não pode vir fatiada e de soluços, como aparentemente está vindo. A gente já teve um projeto que veio para cá, explicando o mobiliário, que foi retirado. Agora o Sr. Prefeito está dizendo que vai haver publicidade na marginal, para poder financiar a reforma das pontes, que não aconteceu com as doações prometidas e alardeadas. Na verdade, ninguém queria doar. As pessoas querem fazer publicidade. Então, qual é a política de paisagem urbana do Governo e como ela se encaixa nesse debate das concessões do mobiliário?

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Vamos passar já aos quatro inscritos, para questionarem. Depois, a gente passa para os convidados, para enfim se posicionarem e esclarecerem os pontos obscuros ou de dúvidas.

Tem a palavra o Sr. Mauro Alves da Silva, do Grêmio SER Sudeste.

**O SR. MAURO ALVES DA SILVA** – Cumprimento a todos, inclusive o Sr. Presidente, nobre Vereador Mario Covas Neto. A gente fez uma pequena apresentação aqui, mas está, no papel, o que a gente colocou para V.Exas. Parece que a direção da participação e parcerias da secretaria não estava entendendo. Então, nós desenhamos. O que a gente está perguntando para os Srs. Vereadores é se a gente vai falar sobre fundos ou se a gente vai ficar falando sobre os anexos, porque há um problema nos anexos. Os anexos vão para esse fundo. Vai ficar uma massa disforme. Quem é que vai fiscalizar o fundo? Os recursos arrecadados vão ser destinados, de forma diferenciada, por concessão? Os Vereadores terão qualquer gestão ou fiscalização sobre esse fundo? O mobiliário urbano, o grosso do recurso já está licitado, já está concedido, que é a questão dos relógios e dos painéis.

O que a gente fez questão de dizer é que as parcerias estão referidas nesse artigo 4, em seu parágrafo 1º. Já se fala da contratação de financiamentos e realização de operações

nos mercados financeiros. Há a questão de constituição de fundos, investimentos e celebração. Falam inclusive de derivativos.

Isso, na verdade, é o mapa da mina, no item 3, porque estão dizendo como vão arrecadar, não dizem como vão como vão gastar e deixam toda liberdade para o gestor, seja o Sr. Prefeito A, B ou C, fazer o que fizer. Essa venda de títulos derivativos é aplicação financeira que deriva de outros valores. Quer dizer, vão fazer uma arrecadação, jogar lá dentro, vender títulos no mercado e arrecadar a juros de mercado. Então, pode ser até 23% de juros ao mês. Quer dizer, em cinco anos, arrecadaram cem e estão devendo duzentos.

Já houve história dessa questão dos títulos falsos da Prefeitura. Aqueles precatórios dos Srs. Maluf e Pitta, nos anos 90, foram, mais ou menos, isso. Inventaram uma série de títulos que não eram reais, eram fictícios. Lançaram 600 milhões de reais, arrecadaram 300 milhões e hoje nós temos uma dívida pública de mais de 30 bilhões, sendo que já pagamos, ao longo do ano, quase 25 bilhões.

A gente tem um modelo que está acontecendo. Os Vereadores podem estudar. É o caso da PBH Ativos, em Belo Horizonte, que está nesse modelo. O pessoal juntou lá uma série de recursos, colocou num fundo, lançou títulos, arrecadou 200 milhões e está devendo 800 milhões.

Aqui há representante da SP-Obras. Nós temos o exemplo do fundo da Operação Urbana Água Espreada. Arrecadaram quase quatro bilhões, gastaram quase três bilhões e não fizeram um metro de Água Espreada.

Eu gostaria que o pessoal fizesse aí uma audiência, especificamente para tratar do fundo. Aí haveria condições para a gente dar maior explicação, com mais tempo, inclusive cobrando dos Vereadores qual é a participação de V.Exas. nessa gestão, porque, em Belo Horizonte, há uma lei específica, que dá participação para os Vereadores, inclusive de aprovarem injeção de capital e algumas coisas. Aqui não, aqui fica a boa vontade ou a má vontade do gestor público, o Sr. Prefeito.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Tem a palavra o Sr. Arlindo Amaro, arquiteto do Ipiranga.

**O SR. ARLINDO AMARO** – Boa tarde a todos. Parabéns à Mesa. É muito bem esse diálogo aqui entre nós. Eu só quero lembrar a reunião passada, quanto às questões da ciclovia, quando nós falamos aqui da questão de serem pagos 600 mil reais o quilômetro de ciclovias, ciclovias que a gente vê hoje totalmente sem uso na Cidade. Se pegarem 600 mil reais o quilômetro vezes 450 quilômetros que foram feitos, quanto nós pagamos, quanto foi oneroso ao bolso do cidadão? E as contas da Prefeitura fecham-se normalmente. O Sr. Prefeito diz: “Tchau, bye, bye, até amanhã, até outro dia”. A gente cobra aí do Poder Legislativo que se faça o seu dever, de fiscalizar o Executivo e apresentar as contas. A gente vê o próprio Tribunal de Contas, junto com a Câmara Municipal, que são dois órgãos que fiscalizam. Não sei quem manda mais, se é o Tribunal de Contas ou se é a Câmara Municipal. A gente paga as contas. A Prefeitura tem hoje 95% dos seus imóveis alugados. São preços absurdos, que a sociedade não tem conhecimento e a gente fala de retenção em despesas. Então, a gente tem que procurar cobrar mais os nossos Vereadores, pois é de responsabilidade de S.Exas. fiscalizar o Sr. Prefeito, não só fazer leis. Há trocentas mil leis e ninguém abre a gaveta para fazer cumprir como se faz o Plano Diretor da cidade de São Paulo e os planos regionais, que não estão aparecendo. Os Prefeitos Regionais não trouxeram ainda os planos de bairro. Foram aprovados, nesta Casa, em 2014, e a gente não sabe os planos de bairro, que vêm na contramão dessa proposta, de fazer a concessão. O que acontece com os planos de bairro? Porque não saía do papel? O Plano Diretor é do Estatuto da Cidade. É a melhoria da Cidade, da qualidade de vida, da qualidade do meio ambiente e do saneamento básico e a gente não vê os Prefeitos Regionais tomarem essas providências, e sequer a Secretaria do Sr. Secretário Mario Covas cobrarem esses regionais, que apresentem os planos de bairro, que venham de encontro com essas concessões. Nós temos aí bancas de jornais

que são instaladas, em calçadas, muito curtas, que têm uma largura pequena. A sensibilidade das pessoas é muito ruim, e a gente não vê providência para o lado do Sr. Prefeito nem para o lado do Sr. Secretário Mario Covas, de cobrar os regionais, em função disso. O que a gente vê hoje é muito oba-oba e nada de fazer acontecer. O Ipiranga. A gente pede a ciclovia desde 2002, e essas coisas não acontecem, o Plano Diretor de 2002, a gente só cobra, cobra, os Prefeitos vão embora e a gente fica na esperança de o próximo Prefeito fazer as coisas acontecer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Apenas esclarecendo, eu não sou Secretário. V.Exa. deve estar se referindo ao Sr. Bruno Covas, provavelmente e não ao Mario Covas.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

**O SR. LAERTE BRASIL** – Parabéns aos Srs. Secretários, Vereadores presentes e todos aqui reunidos para debater as políticas públicas da cidade de São Paulo. Eu trago alguns dados aqui. A cidade de São Paulo é uma cidade cosmopolita. A pesquisa que nós fizemos nós vamos publicar por meio dos nossos veículos de comunicação, digitais e impressos, a partir do dia 27 de setembro. Na cidade de São Paulo, 100% que o cidadão tem durante o ano, ele gasta 38% para o trabalho, cerca de 30% do tempo no sono, que é primordial, e 27% no tempo perdido no trânsito e na espera do ônibus. É um verdadeiro absurdo. Aí sobram só 5% para o estudo e apenas 3% para o lazer. Nas audiências públicas da lei de uso e ocupação do solo, eu apresentei a construção, na cidade de São Paulo, de 600 garagens, sendo garagens verdes, 300 subterrâneas e 300 em prédios verdes sustentáveis, os prédios-garagens e 300 sanitários só no centro na Cidade. O todo que eu apresentei foi mil, sendo 300 aqui. As calçadas da cidade de São Paulo, que foram faladas aqui, para trafegar nelas, é preciso ser superatletas, triatletas, e olhem lá, porque há buraco em tudo quanto é lado. Isso vem preocupando a atual Administração. Isso já vem de décadas. Há 20 anos estão debatendo. A

Cidade é uma lei limpa. É o cidadão, os munícipes, com direito ao trabalho e à vida, que hoje não há. Por exemplo, nos seis mil abrigos de ônibus, quem ganhar deve instalar câmeras de segurança para vasculhar as ações de vândalos e de marginais. Hoje os cidadãos que pegam ônibus aqui nesse ponto no horário de pico, de manhã ou à noite, são assaltados; inclusive sequestro de pessoas nesses abrigos de ônibus. Então é essa a sugestão.

Mas para encerrar, acho que o termo, a publicidade tem que abrir para os estabelecimentos comerciais e industriais terem seus luminosos, suas placas luminosas. Isso aí é um direito, porque ninguém quer investir na cidade de São Paulo devido à Cidade Limpa. Se essa Cidade Limpa fosse boa, hoje a cidade de São Paulo não teria mais de dois milhões de desempregados. Cidade Limpa que eu conheço o cidadão ter direito de ir e vir, ir para o trabalho, para a escola e voltar sabendo que vai voltar vivo, o que não está acontecendo aqui. São Paulo está virando uma cidade sem lei, uma cidade violenta.

---

Era o que eu tinha para dizer. Muito obrigado pela palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Obrigado. O senhor sozinho é quase uma associação sindical. Impressionante.

Eduardo Merheje, do Centro Democrático de Engenharia.

**O SR. EDUARDO MERHEJE** – Primeiramente quero agradecer, porque na semana passada eu comecei a falar e não estava passando muito bem. E descobri por quê. Eu não vim de bicicleta. Hoje eu vim de bicicleta e estou zero quilômetro.

O que eu queria dizer é que existe uma regra que diz que uma lei com mais de duas páginas não presta. Nesse sentido também queria dizer que publicidade funcional não é igual à publicidade que se faz do jeito de poder permitir o que pode na Cidade, como era nossa cidade anteriormente. Nós temos que modernizar esse processo e a forma de modernizar isso é justamente permitir que a iniciativa privada participe também do processo.

Eu incluiria também no mobiliário urbano muitas secretarias municipais que estão por aí, que encampam áreas de parques municipais, dizendo que são delas agora. Quer

dizer, eu estou lá como Secretaria de Esportes, Secretaria de Saúde, mas espera aí, eu tenho um território fechado. Então nós precisamos quebrar um pouco isso, senão São Paulo não vai sobreviver. Aqui é questão de vida ou morte de São Paulo, não é questão de discutir um projeto.

Eu já tinha desistido, aí apareceu esse projeto, eu falei: “É uma oportunidade que a gente tem de resgatar”, porque está demais contaminado. Ou os Srs. Vereadores não acham que está contaminado? Olhem o resultado que nós temos aí fora. Qual é o resultado da nossa infraestrutura? Está funcionando?

Temos que dar oportunidade, sim, de esse projeto acontecer. O vereador que votar conta esse projeto, lá no futuro – e eu não erro, eu já acertei muito no passado -, vai responder depois por que esta cidade faliu. Regulamentamos, fazemos as modificações necessárias. Estão disponíveis para isso. Ajudem eles a fazer isso e votem, votem por São Paulo, não por partido. Chega de partido! Partido estourou esta cidade.

É só. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Obrigado. Eram esses os inscritos.

Anuncio a presença da Vereadora Janaína Lima e já passo diretamente para o Secretário Wilson Poit para suas considerações.

**O SR. WILSON POIT** – Quero agradecer ao Sr. Mauro, ao Sr. Arlindo, ao Sr. Brasil, ao Sr. Eduardo Merheje, Vereador Police e Vereador Donato pelas contribuições, pelas questões levantadas. Vou fazer algumas considerações e passar a palavra também para o Secretário Penido.

Eu diria que o foco principal do projeto 367 é realmente desonerar o Município e que as outorgas sejam carimbadas no Fundo Municipal de Desenvolvimento Social aprovado em maio nesta Casa com 42 votos dos 55 vereadores. É um fundo contábil em que serão depositados todos os recursos obtidos com as privatizações - no caso principalmente do Anhembi, de Interlagos e imóveis – e com uma série de concessões.

O setor público hoje ou deixa dinheiro na mesa, como é esse caso, não oferecendo boa qualidade para o paulistano, para o morador da Cidade, podendo receber outorga ou ter empresas interessadas; ou em muitos casos gasta dinheiro público no que não é essencial. O objetivo do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social é concentrar todas as outorgas e todos os recursos naquilo que a Cidade mais precisa no momento, que é educação, saúde, habitação, segurança, mobilidade urbana e assistência social; e que o Governo seja realmente focado. Tudo que não é essencial não é prioridade.

Diria também ao Vereador Donato que SP Obras tem um contrato ou alguma coisa começando com a Fipe. Acho que vai poder dizer mais sobre isso, um estudo que será realizado sobre o potencial, a expectativa que nós temos com o mobiliário urbano ainda disponível na Cidade. Hoje a prioridade nossa, desse projeto – inclusive o Secretário Penido poderá falar -, são banheiros públicos de qualidade, banheiros públicos dignos, numa série de coisas que nós temos aqui.

Não estamos falando ainda de flexibilização de Cidade Limpa, não faz parte desse projeto e dessa discussão, mas achamos que temos potencial e temos interessados para oferecermos na cidade de São Paulo, como em outras grandes cidades do mundo, cidades modernas, banheiros dignos para a população, que tenham privada, que tenham água, que estejam limpos, que tenham papel, diferente do que se vê hoje na Cidade.

Temos uma oportunidade e incluímos esse mobiliário urbano no PL 367 para também dar segurança jurídica para os investidores. Como Prefeito João Doria tem dito de todos esses projetos, nós esperamos equilíbrio, que sejam bons para a Prefeitura, sejam muito bons para a população paulistana que receberá um serviço melhor, e para os investidores também que farão investimento nisso, e dinheiro não cai do céu.

Estamos ainda no momento de aprovação de um PL, aceitando sugestões, apresentaremos um substitutivo em breve inclusive aproveitando uma série de contribuições que recebemos da Casa, não só da população como dos vereadores. Aí, sim, partiremos para

a licitação ainda no ano de 2017.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Passo a palavra ao Diretor de SP Parcerias, Sérgio Lopes Cabral.

- Fala fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – É? Então ao Secretário Penido.

**O SR. MARCOS PENIDO** – Obrigado, Vereador Mario Covas. Agradeço a contribuição de todos os vereadores, de todos os participantes.

Com relação ao projeto de lei em que houve o veto, ele se deu em função de que o projeto previa uma das premissas básica para o Prefeito: não haverá cobrança nos banheiros. Toda a sustentação econômica financeira deverá ser dada de outra forma a ser indicada no estudo que está em elaboração pela Fipe. Também os locais, os quantitativos, eles estão sendo definidos em conjunto com a SP Urbanismo, que tem todos os estudos dos locais, das necessidades. Então a questão dos banheiros será trazida para a concessão, como muito bem colocou o Secretário Poit, com base em estudo que indica o número, que indica as condições, que indica as especificações, bem como toda a questão econômica financeira para a sustentação desse mobiliário, deixando claro que não será pago. A equação econômico financeira deverá sustentá-lo sem necessidade de que os usuários paguem.

É claro que existem outros mobiliários na Cidade de que não há necessidade de outorga, não há previsão de pagamento ou utilização de publicidade, como bancos, para-ciclos, bebedouros. Existem outras soluções a serem dadas e eles podem vir juntos com um projeto de mobiliários, naqueles que podem ter concessão, um balanceando com o outro, tudo isso dentro de estudos, de levantamentos de quantitativos, de custos.

Importante dizer que esse banheiro que nós visitamos com o Prefeito no dia 25 de janeiro, bem como o localizado no Largo do Arouche, estão como protótipos para a gente mensurar efetivamente os custos e avaliar seu funcionamento para que, no projeto de

concessão, tenhamos toda essa avaliação e possamos cobrar efetivamente o valor para sustentar o processo, bem como a outorga necessária à Prefeitura.

Como colocou o Poit, no momento da economia, a situação financeira da Prefeitura, cada vez mais há que se focar em investimentos nos itens básicos: saúde, educação, segurança, habitação e transportes. Todos os esforços têm de estar voltados a criar condições, criar alternativas para atendimento à população, sermos criativos para buscar alternativas que não sejam o dinheiro da Fonte 00, que não seja o dinheiro do Tesouro; que juntos com a iniciativa privada, com a população, criemos soluções para trazer esses bens para a população sem tirarmos recursos desses cinco pontos básicos.

Também dentro do que foi colocado pelo Vereador Donato, toda e qualquer alteração nas leis, toda e qualquer necessidade para trazer esse benefício, agregado a valor, não a publicidade em si, a publicidade só para expor, mas sim a vinculação da marca ao benefício, a vinculação da exposição ao bem para a comunidade, todos esses casos serão extremamente discutidos, primeiro internamente para verificar a questão legal e técnica. E em segundo, em oportunidades excelentes como esta que nos coloca o Vereador Mario Covas Neto, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, de expor para a população, de apresentar as nossas ideias, nossas soluções e receber as sugestões para que possamos aprimorar cada vez mais.

Então toda e qualquer colocação será feita para discussão e levarmos à frente comparando o benefício com o investimento.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Muito obrigado, Secretário Penido.  
Tem a palavra a Vereadora Janaína Lima.

**A SRA. JANAÍNA LIMA** – Obrigada, Presidente Mario Covas, grande Presidente que vem liderando as audiências públicas, todas regidas de forma democrática e este microfone jamais sendo cerceado à participação da população. Mais uma vez quero registrar meus parabéns a V.Exa.

Cumprimentar o Presidente Mario Covas; Secretários Wilson Poit e Penido, nas pessoas de quem cumprimento as demais autoridades presentes, gostaria só de fazer mais uma fala de apoio, de trazer a legalidade e importância desse projeto, como disse em minha fala da audiência pública anterior, há mais de 50 anos não vemos um banheiro ser inaugurado na cidade até chegar a esta gestão e com o apoio da iniciativa privada.

Além disso, estamos com a possibilidade de conseguir 800 banheiros. A inauguração de 800 banheiros e certamente a Cidade ganhará muito com o apoio da iniciativa privada. Existe aí uma janela de oportunidade de somarmos forças dos diferentes setores que compõem a nossa sociedade: a iniciativa privada, a sociedade civil organizada e o Poder Público. Temos de enfrentar e mais do que isso, unidos os desafios da nossa Cidade. Temos uma questão grave orçamentária, uma despesa imensa, um desafio enorme, mas que pode ser superado caso estendamos as mãos e façamos um plano conjunto.

E além da questão dos banheiros, podemos imaginar, por exemplo, os pontos de ônibus, a liberação do sinal de *wi-fi*, todo o mobiliário urbano ser utilizado. Isso, não temos de pensar sequer numa flexibilização da lei da Cidade Limpa, porque isso não vai acontecer, mesmo porque esse modelo de utilização do espaço do mobiliário urbano já estava previsto quando da criação da lei.

Então por isso venho aqui mais uma vez dizer que apoio o plano municipal de desestatização visando uma Cidade com mais serviços disponíveis para o cidadão. E uma metrópole mais moderna e conectada com as maiores cidades do mundo.

Obrigada, Presidente, pela oportunidade de falar.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Obrigado, Vereadora Janaína. Não há mais oradores inscritos. Agradeço a presença de todos, quero ressaltar a paciência que tem tido os secretários, presentes em todas as audiências públicas, além dos Vereadores evidentemente.

E para aqueles que participaram desta audiência, há uma participação intensa em

alguns temas, mas o fato de ter uma audiência pública com um número menor de pessoas, a minha leitura é de que a discussão já avançou a ponto de tirar muitas das dúvidas que havia.

Há uma contribuição bastante grande do Vereador Police, que em todas as reuniões à exceção desta sempre apresentou um quadro com sugestões discutidas com um grupo de Vereadores aqui, enfim, tudo aprofundado para que a contribuição e o final seja um resultado ainda melhor. Muito importante que essa discussão tenha sido feita, ou está sendo feita, com esta profundidade mesmo repetindo alguns temas.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – Sr. Presidente, no dia 25, se não me engano, a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa concluí a maratona com um trecho, talvez o mais denso de todos, porque é aquele que já temos legislação própria, a questão dos terminais.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – E esse, inclusive, não houve nenhuma audiência, ao contrário dos demais.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – Não teve, mas a fala do nosso Secretário hoje anunciando o esforço que o Executivo vem realizando de, quem sabe, nos entregar nos próximos dias um texto substitutivo originalmente aprovado. Esse texto deve estar sendo norteado muito pelos nossos esforços nas audiências públicas e muito pelo diálogo que o Executivo vem realizando com a sociedade e também o resultado das PMIs, que já vem dando contribuições ao Executivo. Para nós é bastante importante, porque na nossa visão aquilo que traz o anexo, ele deixa de ser um anexo para ingressar de maneira forte dentro do texto da lei.

Portanto, apresentando diretrizes gerais e diretrizes específicas para cada um dos ativos ou serviços que pretendemos conceder à iniciativa privada. É importante, tenho insistido muito nisso, e a oportunidade que o Presidente da Comissão deu para realizar todos esses debates, é porque todas as vezes que não somos muito claros com a sociedade sobre o caminho que queremos seguir, nem conseguimos capturar de fato aquilo que a sociedade pode promover de recursos de fato.

Então se estamos tentando capturar uma sociedade poderosa que quer colocar dinheiro do Brasil e do mundo na cidade de São Paulo, se não somos muito precisos no que queremos fazer possivelmente eles nem cheguem aqui. Então sair de um anexo que para muitos poderia parecer exclusivamente uma fonte de desejo ou uma ideia para algo absolutamente consistente e que dê, a partir dessa elaboração legislativa, uma estabilidade jurídica e até uma modelagem mínima, não há dúvida de que vai pautar a cidade de São Paulo e, quem sabe, muitas cidades do país a modelos mais suaves de participação do agente privado que produz lucro. Aqui estamos falando de capturar gente que produz lucro, produz riqueza e, portanto, vai produzir riqueza também para a nossa Cidade.

Então acho que é bastante importante esse debate com todas as distinções que temos naquele anexo. Portanto, nesse anexo da lei, de termos lá áreas verdes que prestam serviços ambientais, então são tratadas de uma forma. De ter mercados e sacolões, que é outra forma. De termos bilhetagem que é outra forma e outro diálogo.

Acho que estamos num bom momento e é bastante importante sim a contribuição, mas também é importante que tenhamos algum tempo para também podermos dar as nossas impressões daquilo que foi a absorção por parte do Executivo. De ter aí, pelo menos, uma semana, dez dias, quando recebermos o substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto)** – Gostaria de que nos permitissem aqui – e aí digo diretamente ao Presidente da Casa – que não paute esse substitutivo antes de, pelo menos, uma audiência pública em relação a todo projeto e não fazer seccionado, mas uma última já na versão alterada. Espero que o Presidente nos permita isso e não paute a toque de caixa como é seu hábito.

Nada mais havendo a ser tratado agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta audiência pública.

